

A gestão política do meio ambiente na cidade de Vitória-ES: reflexões sobre a criação de parques naturais e áreas verdes

Aline Trigueiro¹

Flavia Amboss Merçon Leonardo²

Resumo: O artigo em questão analisa as políticas ambientais voltadas para a criação de parques naturais e áreas verdes da cidade de Vitória-ES, tomando como ponto de partida o documento da Agenda 21 Local, elaborado em 1996. Os estudos revelam o quanto a política ambiental local – aquela que ganhou corpo sobretudo entre os anos de 1996-2004 - teve como base um projeto de “esverdeamento” da cidade, ou seja, a constituição de um modelo de cidade sustentável. Não obstante, isso ocorreu e continua ocorrendo simultaneamente ao incentivo de atividades produtivas e extrativas com alto potencial de impacto socioambiental. O objetivo do trabalho é, portanto, refletir sobre os modos como essa relação entre desenvolvimento e meio ambiente (seus meios práticos e simbólicos) é localmente agenciada no município de Vitória, considerando, principalmente, os conteúdos de suas políticas ambientais.

Palavras-chave: Política ambiental; cidade de Vitória; parques naturais; áreas verdes.

Apresentação

Este trabalho é fruto de uma pesquisa acadêmica realizada junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente da cidade de Vitória (SEMMAM) entre os meses de agosto de 2009 e dezembro de 2010³. Em linhas gerais, o estudo privilegiou uma análise das políticas ambientais municipais *vis-à-vis* as diretrizes da Agenda 21 Local, elaborada no ano de 1996 (e revisada em 2002). Quanto aos aspectos metodológicos, associou-se a análise documental das variadas fontes consultadas: mapas, livros, relatórios, etc., ao método das entrevistas *in locu*, realizadas a partir de roteiros semi-estruturados com os técnicos especializados da instituição, os gestores e planejadores ambientais, assim como com alguns dos ex-Secretários de Meio Ambiente do município.

Na presente comunicação vamos concentrar nossas reflexões nas políticas ambientais voltadas para a criação de parques naturais e áreas verdes na cidade de Vitória, buscando expor, com isso, os modos como a temática ambiental tem sido paulatinamente inserida nos projetos de desenvolvimento local e, ainda, como a noção

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Departamento de Ciências Sociais da UFES.

² Bacharel em Ciências Sociais pela UFES.

³ Pesquisa intitulada: A gestão política do meio ambiente na cidade de Vitória: as propostas de desenvolvimento local e os critérios de definição da sustentabilidade socioambiental. Essa pesquisa contou com a participação dos alunos: Flavia Amboss Merçon Leonardo e João Paulo Lyrio Izoton, como estudantes de iniciação científica (PIVIC/UFES).

polissêmica de desenvolvimento sustentável vem sendo agenciada nas ações governamentais.

I – O cenário: a cidade de Vitória

A cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, está localizada no litoral da região sudeste, com uma população estimada em 325.453 habitantes. Possui um crescimento econômico considerável, tendo em vista que seu PIB⁴ é equivalente a R\$ 71.407,00/ano (taxa superior a capitais como Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Porto Alegre).

Merece relevo o fato da cidade de Vitória apresentar uma conformação geográfica e uma estrutura urbana peculiares. Trata-se de uma cidade-ilha, com uma faixa continental de 93,38 km² e 1.100 km de costa que acolhe ecossistemas tais como a Mata Atlântica e o manguezal, além de uma já grandemente impactada vegetação de restinga. Em seu território, 40% de suas áreas estão cobertas por morros. Além disso, em sua estrutura urbana estão integrados grandes projetos de desenvolvimento econômico, sobretudo o siderúrgico e o logístico (portos), atividades estas com alto potencial poluidor socioambiental.

É importante salientar que até meados do século XX a economia industrial da capital não se destacava a nível estadual nem nacional; a economia capixaba era originalmente marcada pelo papel preponderante da cafeicultura (ROCHA, 1998). Foi apenas a partir da segunda metade da década de 1960 que o governo estadual investiu no desenvolvimento do estado do Espírito Santo, seguindo as estratégias nacionais de crescimento econômico para esse período⁵. Foi nesse momento que os Grandes Projetos Industriais começaram a ser fomentados - viabilizados a partir de capitais estrangeiros e associados ao capital estatal - podendo ser resumidos em três tipos de complexos: o siderúrgico, o paraquímico e o portuário. São estes, portanto, os principais investimentos presentes na capital (DOIMO, 1984).

Esses Grandes Projetos Industriais, previstos na sua maioria para a região da Grande Vitória, trazem grande destaque ao município configurando-o como um pólo industrial. Posteriormente, o estado do Espírito Santo como um todo passou a se

⁴ Dados do Instituto Jones dos Santos Neves - Coordenação de Estudos Econômicos Rede de Estudos Macroeconômicos - Dezembro/2010 (referentes aos anos 2003-2008).

⁵ De acordo com DOIMO (1984), caracterizadas nesse período pela “entrada maciça de capitais estrangeiros, mecanismos de exceção para promover a concentração de renda, concentração do poder nas mãos do executivo e mudança do sistema tributário concorrendo para o controle centralizado da receita e do orçamento da nação” (Idem, p. 42).

destacar nesse sentido, sobremaneira, a partir da idéia de corredor de exportação (ZORZAL, 2004).

Vale ressaltar que, durante todo esse período de efervescência industrial na capital do Espírito Santo, não eram mencionadas as possíveis conseqüências sociais e ambientais provenientes desses Grandes Projetos Industriais. O projeto desenvolvimentista da capital transbordava para além de quaisquer possíveis preocupações acerca de suas externalidades negativas. Foi a partir dessa visão imediatista e desenvolvimentista que Vitória constituiu o seu modelo de gestão política.

Atualmente – desde meados da década de 90 – é importante ressaltar o fato de figurar demasiadamente nos campos político e econômico um discurso forte em prol do desenvolvimento sustentável. Discurso este, facilmente identificável nos documentos, nas propagandas políticas, enfim, nas formas variadas de *merchandising* que são comunicadas pelas mídias locais.

Toda essa conjuntura acena para a retomada da análise de um documento que se constituiu como marco nessa aproximação entre desenvolvimento econômico e cuidado ambiental: a Agenda 21⁶. Tendo sido um dos frutos da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMA-92), este documento foi especialmente elaborado para expandir os ideais e as práticas voltadas para o desenvolvimento sustentável no século XXI, e serviu (e tem servido) como base para o planejamento urbano em muitas cidades⁷. Vamos à análise do mesmo.

II - O ponto de partida do estudo: a Agenda 21

A proposta da Agenda 21 ratificou de vez os ideais de desenvolvimento sustentável na sociedade contemporânea⁸. O slogan *Pensar globalmente e agir localmente* passou a figurar no campo ambiental desde então e, não obstante, tornou-se

⁶ É sabido que Vitória figura entre as cidades pioneiras na elaboração da Agenda 21. O MMA, em 2002, produziu um vídeo “Construindo a Agenda 21 Local”, com objetivo de orientar os municípios na elaboração de suas Agendas, para tanto utilizou a experiência de Vitória como caso bem-sucedido.

⁷ Parece relevante retomar o conteúdo dessa Agenda e analisá-la confrontando com as políticas ambientais que derivaram ou utilizaram como base as diretrizes traçadas nesse documento. Além da Agenda 21, nossa atenção também se voltará para a criação da SEMMAM – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vitória – e as políticas ambientais forjadas nesse órgão.

⁸ O documento propunha estratégias que visassem conciliar o desenvolvimento econômico à proteção do meio ambiente, juntamente com os ideais de justiça social. Seus objetivos abarcavam uma gama de grandes questões, tais como: o consumo, a pobreza, o uso dos recursos naturais, o desenvolvimento, etc., que por seu escopo e complexidade deveriam ser enfrentadas tanto globalmente quanto localmente (NOVAES, 2003).

o mote das políticas ambientais em diferentes esferas de intervenção: nos âmbitos internacional, nacional e local.

No Brasil, diferentes experiências em torno dessa proposta foram realizadas. Além da Agenda 21 Nacional, que foi elaborada entre os anos de 1997 e 2002 - a partir de um movimento que envolveu a participação de membros da sociedade civil organizada, cientistas, ambientalistas, representantes políticos, etc. (NOVAES, 2003) - as Agendas 21 Locais também ganharam evidência em várias cidades, principalmente a partir da segunda metade dos anos de 1990.

Todavia, esse estímulo à elaboração das Agendas 21 Locais coincidiu em muitos municípios brasileiros com os processos de modernização da gestão pública e de suas estratégias de desenvolvimento econômico (tendo por base os resultados alcançados, ou em vias de se alcançar, com a industrialização, a urbanização, o incentivo ao turismo, etc.)⁹. É, portanto, sob essa conjuntura que os temas do desenvolvimento e do meio ambiente ganham proximidade no campo das políticas públicas, gerando, com isso, controversas aproximações, refletidas na forma como as políticas ambientais municipais vão ser orquestradas, conforme acena FREY (2001):

Ao mesmo tempo em que o debate público sobre a sustentabilidade tem impulsionado a criação de novos arranjos institucionais, novos regimes ambientais de negociação e fóruns de debate, investimentos significativos na ciência e pesquisa ambiental, assim como a consolidação de um movimento ambientalista transnacional; o sistema político, tanto no nível internacional, quanto no nacional e local, tem-se mostrado incapaz ou insuficientemente preparado para traduzir e transformar as crescentes demandas de cunho ambientalista em políticas públicas capazes de promover um modelo alternativo de desenvolvimento (FREY, 2001, p. 2).

Em Vitória, esse movimento não foi diferente do até então narrado. Conjugou-se, ao mesmo tempo, um momento de renovação das formas de fazer política a um projeto bem estruturado de reconstrução imagética da cidade, a *cidade do futuro*, *sustentável* e aberta aos aportes financeiros e aos investimentos econômicos, ou seja, pronta para assumir o seu lugar no cenário globalizado.

Não é sem propósito que o documento que resultou na Agenda 21 Local da cidade foi chamado de *Vitória do Futuro* (1996), tendo ganhado um novo título durante a sua revisão em 2002: *Um sonho em Construção*, embora mantendo a mesma

⁹ Percebe-se que houve, nesse período, uma aproximação contraditória entre o debate sobre o desenvolvimento sustentável e a disseminação dos ideais do neoliberalismo, trazendo à tona, segundo Frey (2001: p. 1), “um clima favorável ao economicismo e um discurso público irrefletido e míope que propaga um crescimento econômico desenfreado e privilegia a questão da geração de emprego a qualquer custo em detrimento às preocupações acerca da sustentabilidade que prevaleceram na época da Rio-92”.

referência metafórica. Respectivamente, trata-se de propostas elaboradas nas gestões dos prefeitos Paulo Hartug (PSDB -1993-1997) e Luiz Paulo Velloso Lucas (PSDB - 1997-2004).

Os estudos de BANCK (1998) já haviam sinalizado com propriedade para a construção desse imaginário social acerca da *cidade do futuro*. Noção essa muito bem trabalhada no próprio documento da Agenda 21¹⁰.

Vitória será uma cidade sustentável, bonita e agradável, com seu espaço valorizado, as desigualdades sociais reduzidas, as diferenças étnicas e culturais respeitadas e valorizadas, o meio ambiente preservado, alta qualidade de vida, segura, com imagem positiva e elevada auto-estima em seus cidadãos – uma cidade onde todos gostariam de viver (Agenda 21 da cidade de Vitória, 2003, p. 81).

Havia nas entrelinhas do documento em questão uma tentativa de ruptura com o *modus vivendi* nominado de *tradicional* e um fortalecimento dos símbolos de modernidade. Não obstante, as relações sociais assimétricas não foram plenamente questionadas e, de fato, não deixaram de existir. As metáforas do caranguejo e do marlin azul, utilizadas na Agenda 21 para demarcar essa ruptura entre o cenário arcaico a ser superado (o andar do caranguejo) e o cenário moderno a ser alcançado (o salto do marlin), apenas confirmam essa análise. Por trás das metáforas não podemos deixar de enxergar os grupos sociais e as distintas formas sociais que os mesmos estabelecem com o ambiente: de um lado, o catador de caranguejo que extrai a sua sobrevivência do próprio mangue; de outro, o abastado desportista náutico que, em mar aberto, sai a pescar o marlin azul.

Entrementes, essa sociedade que se almejava moderna não foi capaz de excluir realmente os antigos valores hierárquicos que a moldaram durante tanto tempo. Deste modo, as metáforas já assinaladas se tornam significativas da manutenção dessas desigualdades, não apenas no que diz respeito ao uso e a apropriação dos recursos

¹⁰ Para nós, a evocação a palavra *futuro* no próprio título da Agenda 21 acena para um ideal de modernidade e de modernização correntes desde muito na história da cidade, basta rememorar o processo de remodelação do desenho urbano de Vitória, ocorrido no início do século XX, por exemplo. Naquele momento, casas, prédios e monumentos – referências da vida colonial e provinciana – foram literalmente postos a baixo e substituídos por construções planejadas e modernas. BANCK (1998) destaca que “em 1928 um periódico local lamentava que Vitória “ainda conserva o seu condenável aspecto colonial”, [Vida Capichaba, 1928]” (apud, BANCK, 1998, p. 236).

ambientais, mas principalmente nas formas de invisibilização e exclusão dos modos de vida de certos grupos sociais.

De fato, a Agenda 21 produziu não apenas um efeito imagético acerca da cidade do futuro, mas também resultou de uma outra forma de fazer política, agora sob os auspícios de um planejamento estratégico. Era a entrada definitiva das *idades* no século XXI, no mercado globalizado, agora como uma “nova” e moderna *cidade-empresa* (VAINER, 2009).

a) A Agenda 21 Local da cidade de Vitória: um planejamento estratégico

A Agenda 21 de Vitória teve como eficácia simbólica a produção de uma identidade local apartada do fantasma que durante muito tempo assombrou seus habitantes: a sensação de ser a *província menor* entre as capitais ricas do sudeste. Para isso, os usos dos instrumentos midiáticos foram fundamentais na sua construção.

O trabalho de RABELO (2003) nos ajuda a entender o modo como os meios de comunicação colaboraram na transformação desse evento em um acontecimento público com alto grau de engajamento social. Jornais, televisão, publicidades variadas, gincanas nas escolas, publicação no jornal local das cartas de alunos da rede pública de ensino sobre *a cidade que queremos*, produziram uma dinâmica singular, um tipo de consenso social, em torno da idéia de *cidade do futuro*¹¹.

Mas o que havia, de fato, por trás de toda essa *mise en scène*? Por trás de todo esse evento encontramos a estruturação de um ideal de *cidade-empresa*, aberta à disputa competitiva em um mercado globalizado. Esse foi de fato o núcleo duro de um documento que nasceu precisamente como um planejamento estratégico e se tornou, ao longo de seu processo de gestação, uma Agenda 21.

Inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, originalmente sistematizados na Harvard Business School, o planejamento estratégico, segundo seus defensores, deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas (VAINER, 2009, p. 76).

A incorporação desse modelo estratégico na gestão política de Vitória é parte do projeto modernizador que envolveu os cenários econômico e político da cidade nos anos

¹¹ BANCK (1998) lembra que as logomarcas das administrações responsáveis pela elaboração e revisão da Agenda 21 ressaltavam lemas como: “Viva Vitória e Amor pela cidade” (idem, p. 239). Atualmente o *slogan* é “Uma cidade melhor para todos”.

90 do último século. Trata-se do período em que a gestão do então prefeito Paulo Hartung promoveu profundas mudanças institucionais no quadro da política local, dentre as quais, a substituição de um *ethos* político considerado “arcaico” – tradicional e personalista - por uma administração eficiente, assemelhada à gestão empresarial, capaz de restaurar a credibilidade política e de incluir a cidade de Vitória no bojo competitivo dos processos globalizadores (ZORZAL, 2010)¹².

Foi seguindo exatamente esse espírito que a proposta da Agenda 21 Local ganhou forma. O documento pode ser lido como um marco na gestão política local, pois nele estão elencados os temas considerados relevantes para uma cidade que busca ser atrativa ao investimento de capitais e que intenciona despontar como a pioneira em sustentabilidade ambiental. Em síntese, essa *nova* ou *renovada* gestão municipal, tinha por princípios norteadores os seguintes aspectos, extraídos do próprio documento *Vitória do Futuro*, conforme tabela abaixo.

Documento <i>Vitória do Futuro</i> (Agenda 21 de 1996)
Destaques: <ul style="list-style-type: none">- Modernização da gestão pública (por intermédio de uso de técnicas de gerenciamento, profissionalização - políticos e administradores tornam-se gerentes);- Cidades são como empresa – num mundo concorrencial (buscar definir suas vantagens e desvantagens competitivas);- Inserção competitiva de Vitória na economia nacional e internacional – um futuro desejável.- Estabelecimento dos marcos: Como estamos? Onde queremos chegar? (a relação entre o caranguejo e o marlin azul).

O quadro acima demonstra o quanto a Agenda 21 configurava-se realmente como um planejamento estratégico arrefecido em *tons de verde*. O ritual de sua realização – que contou com a participação maciça das escolas públicas, das associações de bairro, das empresas, dos profissionais liberais, da mídia local, etc. – colaborou providencialmente para consolidar esse espírito da *cidade-empresa sustentável*, cujos patamares seriam a competitividade e o sucesso econômico (VAINER, 2009). Isso acabou por se tornar o mote, ou seja, uma marca identitária local, haja vista os indicadores econômicos que destacam a projeção da economia capixaba no cenário nacional e mesmo internacional na atualidade¹³.

¹² É significativa a presença do guru do chamado *governo-empendedor*, Ted Gaebler, na cidade de Vitória nos anos 90, para proferir palestras. Havia, conforme narra BANCK (1998), uma aproximação dos líderes políticos locais a esse tipo de discurso e suas justificativas modernizadoras. Conta-se que Gaebler já gozava de grande reconhecimento quando de sua aparição em terras capixabas.

¹³ Vide os estudos publicados pelo Instituto Jones dos Santos Neves: <http://www.ijnsn.es.gov.br/>.

Ousamos afirmar que a Agenda 21 se constituiu em um divisor de águas na política local naquele momento, e também de um amortizador dos elementos contraditórios inerentes a um projeto de cidade estruturada em bases industriais que buscava se apresentar como *verde e sustentável*. Na ocasião oportuna esperamos poder responder a seguinte questão: que sustentabilidade ambiental pode ser possível em uma cidade voltada para o investimento econômico com grande potencial de risco e impacto ambiental?

Por enquanto, deixemos de lado esse aspecto – que é o cerne de nossa análise – para concluirmos como a Agenda 21, ou melhor, o planejamento estratégico de 1996, serviu de base para moldar no imaginário local a idéia de uma *cidade sustentável*.

Encontramos, no documento, várias referências aos recursos naturais a partir de uma valorização imagética da cidade: uma cidade verde, repleta de atributos ambientais e localizada entre o mar e a floresta. Tais fatores acenam para possibilidades reais de tornar a cidade também uma mercadoria atrativa nesse comércio das cidades-empresas (uso do marketing urbano)¹⁴.

Diante disso, merece relevo o modo como os campos do desenvolvimento e do meio ambiente são aproximados nas diretrizes e nos planos de ação do documento *Vitória do Futuro* e na sua revisão (*Um sonho em construção*). Já no documento de 1996 merecem destaque as representações ancoradas nos ideais de ampliação das áreas verdes; preservação da paisagem; construção de um projeto de cidade sustentável; ampliação dos espaços arborizados, ou seja, aspectos que vão ser expostos como sinônimo de qualidade de vida. A identidade capixaba aparece recorrentemente atrelada a uma condição que chamamos aqui de *projeto de esverdeamento da cidade*, através de uma associação entre a paisagem e os elementos da memória (SCHAMA, 1996), ou ainda, da construção de uma visão edênica da natureza local.

Abaixo, destacamos uma tabela com as principais ênfases dos atributos ambientais da cidade de Vitória encontrados nas duas Agendas 21:

<p>- Ênfase na criação de uma identidade capixaba ligada ao meio ambiente: “a orla, os morros e o manguezal correspondem a características intrínsecas à geografia de Vitória, devendo ser reconhecidos como parte de uma cultura e identidade local” (Vitória do Futuro, 2002, p. 40 – grifo nosso), bem como a diversidade e a qualidade da paisagem de Vitória são apontadas nesse documento como pontos fortes para o turismo.</p> <p>- Vitória como a cidade do futuro.</p>
--

¹⁴ É sabido que no mercado das trocas sociais não apenas os elementos materiais conferem sucesso a uma negociação, também as afiliações simbólicas são marcas decisivas na justificação e permanência de certas práticas (BOURDIEU, 2007).

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">- Criação, implantação e ampliação das UCs (criação de parques) e áreas verdes públicas (parques urbanos e arborização).- Forte tendência ao desenvolvimento – mercado, empresas, porto - atrelada a um esforço em criar uma identidade capixaba ligada à preservação. |
|---|

Vejam, então, como todo esse panorama pode configurar um modo particular de pensar a relação da cidade com o ambiente (e seus recursos naturais) através da atuação da SEMMAM e das políticas ambientais gestadas neste órgão.

III - Política Ambiental no município de Vitória: a atuação da SEMMAM

Na análise anterior concentramos esforços em apontar o pioneirismo do município de Vitória no que tange a elaboração de sua Agenda 21, fruto de um planejamento estratégico. Nesta parte do artigo vamos dar destaque à criação da Secretaria de Meio Ambiente da cidade, lócus empírico da nossa pesquisa.

Pode-se dizer que a cidade de Vitória protagonizou certo pioneirismo em relação à criação de órgãos públicos relacionados ao meio ambiente. A Secretária Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM) desta cidade foi criada em 1986 pelo então prefeito Hermes Laranja (1985-1989). É importante salientar que a constituição brasileira que conferiu poderes e responsabilidade para os municípios, no que diz respeito a este assunto, foi lançada apenas em 1988, ou seja, a cidade de Vitória já havia se mobilizado para isso dois anos antes. A própria Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEAMA) foi criada posteriormente, no ano de 1987.

Além disso, ainda no contexto da promulgação da constituição de 1988¹⁵, a cidade estruturou o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA), órgão este, autônomo e paritário, de caráter consultivo, normativo e deliberativo, no qual passou a ser a instância superior do Sistema Municipal de Meio Ambiente (SIMMA), e do qual fazem parte, além da SEMMAM, as organizações da sociedade civil que tenham a questão ambiental entre seus objetivos.

Antes da elaboração do Código Municipal de Meio Ambiente, que data de 1997, a Prefeitura de Vitória possuía como instrumentos municipais para auxiliar suas ações o

¹⁵ De acordo com FERREIRA (1997), “no Brasil, a proteção ambiental adquiriu "status" constitucional com a promulgação da Constituição Federal em 1988, na qual identificamos dois grandes princípios: 1- Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; 2- O Poder Público e a coletividade têm o dever de preservar e proteger o meio ambiente. O cumprimento desses princípios depende da ação conjunta e harmônica do Poder Público Federal, Estadual e Municipal. As Constituições disciplinaram o campo de atuação da União e do Estado e a Lei Orgânica deveria nortear a ação municipal” (FERREIRA, 1997, p. 5).

Plano Diretor Urbano (PDU) e o Plano Diretor de Arborização e Áreas Verdes (PDA). Segundo FERREIRA (1997), o PDU é uma lei prevista constitucionalmente, e mesmo sendo um instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, também pode ser considerada como um dos instrumentos da política municipal ambiental. Ele define como deve ser o crescimento e o funcionamento da cidade, buscando garantir a qualidade de vida de seus moradores. Para isso, ele estabelece os objetivos e as regras para controlar esse processo de urbanização, definindo as áreas de proteção ambiental, as áreas que podem ser ocupadas por novas construções e os critérios para a instalação de atividades econômicas ou para grandes empreendimentos.

O primeiro PDU de Vitória foi instituído em 1984 e periodicamente ele é atualizado. Em 2001, a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257) estabeleceu novos instrumentos de planejamento e controle do crescimento das cidades, que foram incluídos no atual PDU da cidade (Lei Municipal 6.705/06).

Quanto ao PDA (Plano Diretor de Arborização) de Vitória, este foi criado em 1992, e através desse plano foi possível normatizar a implantação, monitoramento, fiscalização e cadastramento dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que foram definidas penalidades a possíveis infrações ambientais. Através dele foi possível que a Prefeitura de Vitória investisse na implantação e manutenção das Áreas Verdes (canteiros, rotatórias, vias públicas entre outras) permitindo o desenvolvimento de um projeto paisagístico para o município. Esse PDA vai sofrer uma atualização apenas no ano de 2007, quando vai ser elaborado o programa de Georreferenciamento do município¹⁶.

Durante o período inicial de atuação da SEMMAM, os temas privilegiados no campo das políticas ambientais estavam relacionados: ao ecossistema do manguezal, à poluição atmosférica e à criação de áreas protegidas. A seguir destacamos alguns trechos de entrevistas realizadas com técnicos da SEMMAM a respeito dessas primeiras preocupações da Secretaria de Meio Ambiente:

Preocupações políticas no período inicial da SEMMAM	
Entrevistado no. 1	<i>[...] primeiro o manguezal por conta das grandes empresas, do chamamento para se construir grandes empresas, no final dos anos 60 e 70, aquela população toda que construiu né? Que veio pra construir a estrutura né? Ficou sem emprego, ficou sem emprego e o quê foi? Foi invadir o mangue, invadir mangue, isso foi na região aqui toda</i>

¹⁶ Esse programa tem o objetivo de catalogar todos os indivíduos existentes no município (árvores), a fim de proporcionar uma análise qualitativa relacionada à paisagem e arborização do município. É um recurso moderno que serve de instrumento para essa Política Paisagística da cidade de Vitória.

	<i>né? Tanto em São Pedro, tanto aqui em Vitória, quanto na Serra, né? E além do mais, nós não tínhamos nenhum local, e tradicionalmente e historicamente o nosso lixo era jogado no manguezal, tá? Então o manguezal de Vitória, ou melhor, dessa região aqui, ele era todo problemático, era local de reposição de lixo, era local de invasão e tal [...]</i>
Entrevistado no. 1	<i>[...] Principalmente, e chuva ácida, crianças anencéfalas tudo isso trouxe o olhar daquela situação pra Vitória tinha semelhança, as grandes empresas também eram aqui, foram colocadas aqui, sem nenhum respaldo de planejamento [...]. Tudo isso a gente viveu muito, então a gente tinha essa situação, a quantidade de poluente lançada no ar era imensa, não só de poeira, mas também de produtos químicos, né? [...]</i>
Entrevistado no. 2	<i>O que marcou mesmo a década de 80 foi a medida para proteção dos remanescentes que existiam aqui [...] que foi a criação dessas unidades de conservação [...] foi o que marcou. A partir de 1986 tivemos a criação de várias unidades [...]</i> ”.

Duas dessas primeiras ações da Secretaria estavam relacionadas com o contexto socioeconômico do município, no qual destacamos a implantação das grandes empresas na cidade de Vitória e de seus arredores.

Quando essas empresas se instalaram nos arredores de Vitória (durante a segunda metade do século XX), não havia uma legislação adequada para coibir a emissão dos poluentes emitidos pelas mesmas. O contexto socioeconômico desse período estava focado na industrialização nos moldes clássicos, ou seja, havia o interesse por parte do estado do Espírito Santo de receber investimentos industriais. De acordo com ROCHA e MORANDI (1991), o estado, durante esse momento assinalado, passou por duas fases de desenvolvimento, sendo a primeira (1955/75) voltada para um período de incentivo a industrialização (construção de infra-estrutura para receber investimentos industriais, em que a Grande Vitória teve certo destaque); e a segunda fase (1975/85) denominada de expansão recente, marcada pela hegemonia do “grande capital”, “que salvo algumas exceções, não era de origem local, mas, em sua maioria, de grandes grupos estatais e privados, tanto nacionais como estrangeiros” (ROCHA e MORANDI, 1991, p. 94).

Percebemos, portanto, que o interesse político vigente era promover o desenvolvimento industrial da região, e para isso era necessário receber investimentos industriais, não podendo então dificultar a sua expansão. Concomitante a isso, havia a preocupação da cidade se transformar em uma segunda Cubatão, devido aos altos índices de poluentes emitidos por essas empresas¹⁷. Por isso, quando a SEMMAM surge, ainda na década de 80, tem como uma das preocupações centrais o controle da emissão de gases poluentes emitidos por grandes empresas instaladas na região da Grande Vitória.

¹⁷ Entre as décadas de 1970-1980 já figurava no debate ambiental o fato de Vitória “ostentar o título de segunda cidade mais poluída do Brasil, perdendo apenas para Cubatão, em São Paulo” (Documento *Realizando o futuro – Vitória 12 anos – 1993-2004*, SEMMAM, 2004, p. 11).

Outra preocupação central da Secretária Municipal, nesse período de sua criação, estava relacionada à preservação do ecossistema do manguezal. Este que foi muito degradado no município, tendo em vista as ações antrópicas em relação ao meio: depósito de lixo, ocupação humana, entre outros. No documentário “Um lugar de toda Pobreza¹⁸” é possível visualizar essa degradação a partir de ações da própria Prefeitura do município que utilizava o manguezal como depósito de lixo doméstico e hospitalar, bem como da população que fez do mangue um lugar de ocupação e moradia¹⁹.

As ações relacionadas com a criação de Áreas Protegidas também estão presentes desde esse período e até hoje fazem parte das ações prioritárias dessa Secretaria. Tendo em vista os objetivos desse trabalho, iremos concentrar nesse ponto as nossas análises referentes às políticas ambientais da cidade de Vitória.

a) A Criação de Unidades de Conservação e Áreas Verdes Públicas

Uma das ações privilegiadas pela Secretária de Meio Ambiente da cidade de Vitória, desde a sua implantação, está relacionada à criação de Unidades de Conservação e Áreas Verdes Públicas²⁰. A propósito, a primeira Área de Proteção criada pelo município foi a Estação Ecológica Ilha do Lameirão, ocorrida em 1986, dando destaque a preservação do ecossistema do manguezal (ressaltando mais uma vez a preocupação dessa Secretaria com esse ecossistema). Posteriormente foi criado o Parque Municipal Gruta da Onça, em 1988, sendo preservando então o ecossistema da Mata Atlântica. O município de Vitória também foi beneficiado com a criação do Parque Natural da Fonte Grande, mas esta ação partiu da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, sendo apenas a partir da implantação desse Parque a transferência da responsabilidade para a Secretária Municipal.

¹⁸ Documentário produzido em 1983. Aborda o processo de ocupação da região de manguezal, onde hoje se situa o bairro de São Pedro em Vitória (ES), por camadas populares, na década de 70. Destaca ainda a vida que então tinham os catadores de lixo que atuavam no lixão situado nessa mesma região, onde a Prefeitura do município descarregava lixo doméstico e hospitalar. Mais recentemente, a prefeitura, através do projeto “Grande São Pedro” urbanizou essa região, aterrando o manguezal.

¹⁹ É importante ressaltar que de acordo com DOIMO (1984), na década de 70, houve um grande empenho ideológico por parte do governo do estado do Espírito Santo para atrair um fluxo migratório para a região da Grande Vitória. O objetivo era aumentar o contingente de trabalhadores tendo em vista a implantação dos Grandes Projetos Industriais. Dessa forma, houve um crescimento demográfico na região em cerca de 200.000 mil habitantes entre a década de 60 e a década de 70 do século XX, tendo como consequência uma urbanização descontrolada na capital e nas regiões próximas. Sendo assim, muitas regiões como, por exemplo, áreas de manguezais, sofreram processos de ocupação.

²⁰ É importante ressaltar que nesse período inicial da SEMMAM não havia a diferenciação entre as Unidades de Conservação e as áreas verdes públicas, como os Parques urbanos.

A partir da década de 1990, várias outras áreas vão ser delimitadas e protegidas dentro do município, entre Parques Naturais²¹, Áreas Verdes e Parques Urbanos. Vale ressaltar que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) só vai ser criado no ano 2000, destacando novamente certa antecipação do município nessa direção²².

É importante ressaltar que essa política de criação de Áreas Protegidas compõe uma das correntes do ambientalismo que ganhou destaque na promoção de políticas ambientais no Brasil. Segundo ALIER (2007), haveria três correntes pertencentes ao movimento ambientalista, sendo uma delas justamente voltada para a corrente preservacionista ou “*culto ao silvestre*”, que atua na defesa da natureza intocada²³. Os valores relacionados à preservação ambiental nessa corrente estão de acordo com um processo de sacralização da natureza em detrimento dos seres humanos.

Esse modelo preservacionista que é identificado nas políticas ambientais do município de Vitória, também está presente em outros estados brasileiros, bem como em vários outros países da América Latina. De acordo com DIEGUES (1996), esse modelo foi importado dos Estados Unidos, onde os preservacionistas americanos “propunham “ilhas” de conservação ambiental, de grande beleza cênica, onde o homem da cidade pudesse apreciar e reverenciar a natureza selvagem” (DIEGUES, 1996, p.11).

Diante do exposto, seguindo uma tendência da Biologia da Conservação, bem como da própria Política Ambiental, o município de Vitória vai se preocupar com a demarcação e criação de áreas possíveis de serem preservadas. Dessa forma, durante a década de 90 a principal ação da SEMMAM vai se concentrar na criação de tais áreas. De acordo com as entrevistas realizadas com os gestores do órgão:

(...) todas as áreas passíveis de serem unidades conservação, fragmentos mesmo pequenos, quando tivesse uma preservação nativa seja de Mata Atlântica, seja de restinga, seja de manguezal, foi considerada uma unidade de preservação, então nós temos assegurado com toda certeza que não falta nada, o resto que tem está dentro do urbano, entendeu? Mas aqui qualquer fragmento de mata atlântica foi assegurado e os seus ecossistemas associados (...) (Entrevistado no. 1).

²¹ Foram criados outros tipos de áreas protegidas: Estações Ecológicas, Reservas Ecológicas, Áreas de Proteção, entre outras. Entretanto, tendo em vista o recorte dessa pesquisa vamos nos concentrar nas Unidades de Conservação e nos Parques Naturais.

²² É interessante salientar que posteriormente a elaboração do SNUC, várias áreas protegidas no município vão sofrer alterações de categorias com o intuito de enquadrá-las de acordo com essa nova legislação federal.

²³ “(...) consiste em manter reservas naturais, denominadas parques nacionais ou naturais [...] livres da interferência humana” (ALIER, 2007, p. 24).

Atualmente, a SEMMAM possui uma gerência de Controle e Monitoramento, criada em 2006, que possui uma coordenação exclusiva para trabalhar com as unidades de conservação do município – Coordenação Administrativa de Unidades de Conservação (CAUC) – e possui também uma gerência de Áreas Verdes²⁴. Anteriormente não havia essa divisão técnica e tanto os parques naturais quanto os parques urbanos eram objetos de trabalho de um mesmo setor, não havendo distinção entre os parques naturais e os parques urbanos.

Segundo o CAUC o município de Vitória possui atualmente sete Parques Naturais, além das Áreas de Proteção Ambiental, Estação Ecológica e Reservas Ecológicas, que compõem o sistema de Unidades de Conservação do município. Segue então uma tabela com dados sobre esses Parques Naturais municipais:

PARQUES NATURAIS				
Parque Natural	Data de criação	Implantação	Localização	Área (m²)
Parque Estadual da Fonte Grande	1986	2002	Maciço Central da Ilha de Vitória abrangendo os morros da Fonte Grande, Mulundú, Santa Clara, Pedra do Vigia, Bastos, Pedra dos Dois Olhos	2.100.000
Parque Municipal Gruta da Onça	1988	1998	Morro da Capixaba ou do Vigia, encravando nos contrafortes do maciço central do Município.	68.914,108
Parque Municipal de Tabuazeiro	1995	1996	Bairro de Tabuazeiro, encravado nos contrafortes do Maciço Central do Município	50.140,30
Parque Natural Municipal Dom Luiz Gonzaga Fernandes	1998	2000	Bairros Resistência, Nova Palestina, Redenção. (Baía Noroeste de Vitória)	638.858,90
Parque Natural Municipal Pedra dos Olhos	2002	*	Bairro Tabuazeiro no Maciço Central de Vitória	279.677
Parque Natural Municipal do Vale do Mulembá-Conquista	2002	*	Áreas públicas e privadas, localizadas nos bairros de Joana D'Arc e Conquista, no Maciço Central de Vitória	1.132.219
Parque Natural Municipal Von Schilgen	2004	*	Morro Guajurú ou Cruzeiro, no bairro Praia do Canto, na Ilha de Vitória	71.259,27

*Não encontramos dados referentes a essa data de implantação desses parques, tendo em vista que alguns foram implantados no mesmo período de criação e outros ainda não foram implantados.

De acordo com o SNUC os Parques Naturais são áreas que possuem o objetivo de preservação do ecossistema natural, considerado de grande relevância ecológica e beleza cênica. Nesses espaços são permitidos a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, recreação e o turismo ecológico.

²⁴ O trabalho de campo, bem como as análises dos documentos referentes a essa pesquisa se concentraram dentro desses dois setores da Secretaria de Meio Ambiente de Vitória.

Já a visitação pública a estes espaços está sujeita as normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo de cada unidade.

É interessante salientarmos que o Plano de Manejo é um documento obrigatório para todas as áreas de proteção ambiental, tendo em vista que através desse documento é possível compreender o ecossistema em questão, pois ele prevê estudos de fauna, flora, aspectos sociais, econômicos e culturais da região a ser preservada. Entretanto, atualmente, apenas o Parque Estadual da Fonte Grande possui o seu Plano de Manejo²⁵.

Percebemos, portanto, que a gestão ambiental do município não só se preocupou, mas também, elegeu enquanto ação privilegiada dessa Secretaria a criação de espaços naturais protegidos, contudo, essa política possui grandes falhas, tendo em vista, que esses espaços não possuem seus respectivos Planos de Manejo para conhecimento técnico, social e cultural da área a fim de regularizar o uso da mesma.

Além da criação de Parques Naturais e outras áreas protegidas, a SEMMAM também se preocupou com a criação de Parques Urbanos no município de Vitória. Esses parques diferem dos naturais, pois são áreas despossuídas de atributos ambientais, não sendo enquadradas na legislação do SNUC. Na tabela abaixo é possível verificar os Parques Urbanos municipais e suas descrições:

PARQUEUS URBANOS				
Parque Urbano	Data de criação	Implantação	Localização	Área (m²)
Parque Moscoso	1912	*	Centro de Vitória	
Parque Tancredo Neves	1986	*	Bairro Mário Cypreste região da Grande Santo Antônio	57.000
Parque Municipal Horto de Maruípe	1995	*	Maruípe	60.000
Parque Pedra da Cebola	1997	*	Jardim da Penha/ Morada de Camburi	100.006
Parque Municipal Padre Alfonso Pastore	1997	*	Mata da Praia	44.921
Parque Municipal de Barreiros	1998	2002	Entre os bairros de Joana D'arc e São Cristóvão	46.106
Parque Municipal	2004	*	Localizado entre os bairros de Andorinhas,	20.056

²⁵ Vale ressaltar que de acordo com os próprios técnicos da SEMMAM esse Plano de Manejo do Parque da Fonte Grande, que é de 1992, já está desatualizado, sendo necessário a elaboração de um novo plano para esse parque, que até o momento não foi iniciado.

Mangue Seco			Mangue Seco, Santa Marta e Joana D'Arc.	
Parque Municipal da Fazendinha	2004	*	Jardim Camburi	22.853
Parque Municipal Barão de Monjardim	2007	*	Entre os bairros Santa Cecília, Lourdes e Santos Dumont	79.711,19
Parque Municipal Morro da Gamela	2007	*	Entre os bairros Santa Lúcia, Santa Luíza e Praia do Canto	96.830,45
Parque Atlântico	2007	*	Final da praia de Camburi	146.949,00
Parque Municipal de Fradinhos	2008	*	Fradinhos	17.168,47
Parque Municipal Ilha do Papagaio	2008	*	Enseada do Suá	15.298,75

*Não encontramos dados referentes a essa data de implantação desses parques, tendo em vista que alguns foram implantados no mesmo período de criação e outros ainda não foram implantados.

De acordo com o setor de Áreas Verdes da SEMMAM, o município possui atualmente 13 Parques Urbanos, sendo que o principal objetivo desses espaços é proporcionar uma área verde pública de lazer a população (geralmente possuem quadras poliesportivas, campo de futebol, parquinhos para crianças, viveiros de plantas, fazendinha com animais, são arborizados, entre outros atrativos). Além disso, esses parques possuem os Centros de Educação Ambiental (CEA's) para orientar e sensibilizar as comunidades locais e visitantes sobre questões referentes aos cuidados necessários ao meio ambiente.

Esses CEA's, que também estão presentes nos Parques Naturais, como consta nos documentos desses parques, muitas vezes não existem na prática (em ambos os parques). Atualmente, dos Parques Naturais apenas 2 parques possuem o CEA (Fonte Grande e Gruta da Onça), e dos Parques Urbanos, apenas 2 o possuem. De acordo com técnicos entrevistados faltam recursos financeiro e humano para a concretização dessa política.

III - A retórica e a prática do esverdeamento da cidade

a) As Áreas verdes Urbanas e a relação com a Qualidade de vida

O conceito de áreas verdes não é tão simples como pode parecer, a partir de diferentes literaturas podemos perceber que esse conceito possui definições distintas. De acordo com KLIASS (1987), a definição dessas áreas varia de acordo com o grau de interferência das ações antrópicas no espaço natural. É possível, dessa forma, haver

áreas verdes com pouco grau de interferência humana, que são as áreas caracterizadas como Parques Naturais e as Áreas Protegidas, como também existir áreas verdes com um alto grau de interferência humana, que, segundo a autora seriam as áreas verdes urbanizadas, resultantes do desenho urbano da cidade (canteiros, rotatória, meio-fio, entre outros espaços).

A criação dessas áreas no espaço urbano perpassa um longo período da história das sociedades ocidentais, e em cada momento possui distintas finalidades para a sua implantação (LOBODA e ANGELIS, 2005). Dessa forma, tomando emprestadas as reflexões dos autores: “ao longo da história o papel desempenhado pelos espaços verdes nas nossas cidades tem sido uma consequência das necessidades experimentadas de cada momento, ao mesmo tempo em que é um reflexo dos gostos e costumes da sociedade” (LOBODA e ANGELIS, 2005, p. 5).

Atualmente, diante das questões relacionadas à problemática ambiental, podemos consideramos que esses espaços verdes implantados nas cidades têm fortes ligações com a necessidade de amenizar as consequências da degradação ambiental. Na cidade de Vitória, a partir das análises dos documentos coletados na SEMMAM, bem como através das entrevistas realizadas com seus gestores, podemos perceber que a criação dessas áreas verdes urbanas está estritamente relacionada com a idéia de qualidade de vida. Na Agenda 21 do município (1996 e 2002) as ações relacionadas à ampliação das áreas verdes, preservação da paisagem, ampliação das zonas de arborização e implantação de Unidades de Conservação são políticas expostas enquanto sinônimo de apropriação de qualidade de vida para o município.

Vitória será uma cidade com qualidade de vida, capaz de oferecer bem-estar e satisfação em nível individual e coletivo, oportunidades para o desenvolvimento crescente das potencialidades humanas e das relações sociais, **a conservação dos recursos naturais para as futuras gerações, a preservação, como parte da identidade da cidade, da paisagem natural e construída**, a incorporação progressiva dos excluídos do processo de produção e fruição dos benefícios de viver em sociedade, e oportunidades para a participação consciente e solidária dos cidadãos na vida da cidade (Vitória do Futuro, 1996, p. 62).

Assim, a retórica política do município situa-se em torno da idéia de que o aumento da qualidade de vida está estritamente ligado a criação dessas áreas protegidas e áreas verdes públicas. Foi nesse sentido que identificamos um grande empenho por parte dos gestores da SEMMAM em criar esses espaços na cidade, como sinônimo de cidade sustentável.

Essa relação entre áreas verdes e qualidade de vida não é exclusiva do município de Vitória, de acordo com SAKAMOTO, HARDT e RESENDE (2006), em trabalho que analisa essa mesma questão na cidade de Curitiba, a construção das áreas verdes urbanas possuem diversas finalidades, entretanto, todas elas convergem em um ponto: a busca pela qualidade de vida.

Não é tão simples medir o grau de qualidade de vida de uma região, tendo em vista os aspectos complexos que envolvem a elaboração de indicadores específicos nesse campo. Contudo, de acordo com HERCULANO (2000), é possível pensarmos na “elaboração de um novo conjunto de indicadores que mensurem, a um só tempo e de forma integradora, o bem-estar individual, o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento econômico” (HERCULANO, p.1), que seria, portanto, a elaboração do Indicador de Qualidade de Vida (IQV). Segundo a autora, as variáveis usadas pelo IDH ainda não permitem perceber esses níveis de qualidade de vida, tendo em vista que ainda não incorporaram a dimensão ambiental em suas análises. Notamos com isso, que a dimensão da qualidade de vida está atrelada a outros fatores, como a saúde, a educação, a habitação e o transporte, além também da dimensão ambiental.

Dessa forma, as cidades a partir de um planejamento estratégico como os que correram em Vitória (ES) e Curitiba (PR), tendem a pensar o desenvolvimento dos municípios atrelado a uma política em prol da qualidade de vida, integrando as dimensões sociais, econômicas e ambientais da região (FERREIRA, 1997).

Assim, a retórica política do município de Vitória situou-se em torno da idéia de que o aumento da qualidade de vida estaria estritamente ligado à criação dessas áreas protegidas e das áreas verdes públicas. A ênfase dada a esse ponto, bem como a forma como essa política vem sendo constituída, nos faz refletir a cerca de que tipo de qualidade de vida é essa?

b) A compensação ambiental das empresas e a construção da idéia de qualidade de vida no município de Vitória

Conforme já analisamos nesse artigo, uma das ações privilegiadas da SEMMAM desde a sua criação até os dias atuais está direcionada a criação de áreas protegidas e áreas verdes públicas como motes e expressões de uma cidade sustentável e moderna. Analisamos também que essa política tem fortes ligações com a construção do ideal de qualidade de vida para o município de Vitória. Não podemos negar que a implantação ou manutenção de áreas verdes no espaço urbano é sim um indicativo de qualidade de

vida, tendo em vista que proporciona um bem-estar social a toda a comunidade, desde a apreciação do espaço natural (fauna e flora) até o uso social do espaço (local para encontros, parquinho, quadra poliesportiva, campo de futebol, entre outros).

Entretanto, vale a pena considerarmos e refletirmos a respeito do que está por trás dessa política, que notadamente estamos chamando aqui de *esverdeamento da cidade*.

Conforme visto no tópico anterior, existe uma ênfase na criação de Parques Urbanos e Naturais no município. De acordo com entrevistas realizadas na SEMMAM e a partir das análises de documentos pertinentes, identificamos uma forte ligação entre essa política de esverdeamento da cidade e o mecanismo de compensação ambiental pago pelas grandes empresas localizadas no município²⁶.

A tabela seguir mostra dados referentes às compensações ambientais pagas por empresas instaladas no município:

COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS INDICADAS PARA AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE VITÓRIA					
Empresa	Motivo da compensação	Órgão responsável	Data (ano)	Valor (R\$)	Repasso dos recursos financeiros
PETROBR-ÁS	Licença de Instalação N.º 315/2005 do Empreendimento Gasoduto Cabiúna/RJ-Vitória/ES do Petróleo Brasileiro S/A	IBAMA (Brasília)	2007	126.857,17	Implementação dos programas de manejo da UC Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão
Arcelor Mittal Brasil S/A	Licença de Instalação 104/04 – Condicionante Ambiental 61	IEMA (E.S)	2010	5.055.806,88	Parques da Fonte Grande, Pedra dos Olhos, Gruta da Onça, Vale do Mulembá-Conquista e, Estação Ecológica Ilha do Lameirão.
Companhia Vale	Licença de Instalação 163/07 – Condicionante Ambiental 40	IEMA (E.S)	2010	2.154.607,12	Pagamento de indenizações de proprietários com imóveis situados no Parque Estadual da Fonte Grande.
INFRAERO	Ampliação do Aeroporto Eurico Salles	IEMA (E.S)	2005	940.208,50	Reservas Ecológicas Restinga de Camburi, Mata Paludosa e, Estação Ecológica Ilha do Lameirão

²⁶ A Compensação Ambiental é um mecanismo financeiro de compensação por parte das empresas pelos efeitos ambientais de impactos não mitigáveis causados por ela a toda sociedade. Esse mecanismo está de acordo com as leis federais e municipais de meio ambiente.

De acordo com a tabela, foi pago a Prefeitura de Vitória o valor de R\$ 8.277.479,67 sendo este recurso destinado exclusivamente para as Unidades de Conservação do município.

Assim, ao relacionarmos esses dados referentes à compensação ambiental e à criação de áreas protegidas no município é possível refletirmos acerca dessa política de esverdeamento como uma política ambientalmente impactante também, tendo em vista que o mecanismo financeiro que concretiza a implantação e estrutura dos Parques é o mesmo que permite a realização de atividades com caráter poluidor no município.

Em entrevistas realizadas com técnicos da SEMMAM podemos perceber que, como não é possível impedir o desenvolvimento dessas empresas no município, é melhor fazer com que as mesmas contribuam de alguma forma com a qualidade de vida dos moradores dos municípios, ou seja, paguem o valor destinado a compensação ambiental que será totalmente destinado a implantação e manutenção das áreas protegidas no município.

Dessa forma, podemos perceber a existência de uma aproximação entre o projeto desenvolvimentista com a preservação do meio natural no município de Vitória, via a criação de áreas naturais protegidas e áreas verdes públicas.

Algumas considerações finais

Diferente do ocorrido em Barcelona, cujo planejamento estratégico teve por base um importante evento, a projeção internacional da cidade a partir dos jogos olímpicos de 1992 (BANCK, 1998; VAINER, 2009), a cidade de Vitória, por intermédio de suas elites políticas, teve como objeto de sua projeção não exatamente um evento concreto, mas sim um ideal discursivo forte, já reconhecido e eficientemente ambíguo para ser prontamente aceito: a noção de desenvolvimento sustentável.

Amplamente reproduzida na Agenda 21 da cidade, essa noção tornou-se desde então o mote principal da cultura política local. Não é de surpreender que, numa cidade onde os governantes reforçam as idéias de *futuro* e de *modernidade*, haja a exploração de um pilar discursivo igualmente afeito a noção de futuro – as futuras gerações – também este flexível e ambíguo o suficiente para ser reapropriado de distintas maneiras.

Aqui apresentamos, então, a nossa conclusão. Os documentos *Vitória do Futuro* e *Um sonho em construção* (Agenda 21 da cidade) produziram - além de sua eficácia política (ênfase na participação social, na construção da cidade do futuro) - também uma eficácia simbólica, qual seja, a fusão de dois pilares aparentemente inconciliáveis: uma

cidade amplamente poluída (voltada sobretudo para o desenvolvimento industrial) como representativa de um modelo de *cidade sustentável*. Isso só foi possível por conta da forma como a política ambiental local foi estruturada: voltada principalmente para a preservação/conservação dos recursos ambientais e ampliação das áreas verdes públicas.

Essa conciliação entre as dimensões do desenvolvimento econômico e do meio ambiente está sustentada pelo próprio arcabouço da Legislação Ambiental brasileira. Na Lei 6.938/81, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente brasileira, já encontramos o desenho dessa relação particular entre danos ambientais e incentivos à indenização de tais danos.

Art. 4º, item VII: à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos (ROCCO, 2005, p. 122).

Mais tarde, agora em 1996, uma Resolução Conama tornaria mais clara essa afinidade entre compensação ambiental e preservação ambiental.

Resolução Conama 02, de 18 de abril de 1996	
Art. 1º.	Para fazer face à reparação dos danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas, o licenciamento ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente com fundamento do EIA/Rima, terá como um dos requisitos a serem atendidos pela entidade licenciada a implantação de uma unidade de conservação de domínio público e uso indireto, preferencialmente uma Estação ecológica, a critério do órgão licenciador, ouvindo o empreendedor.
Art. 1º. § 2º.	As áreas beneficiadas dever-se-ão localizar, preferencialmente, na região do empreendimento e visar basicamente a preservação de amostras representativas dos ecossistemas afetados.
Art. 5º.	O responsável pelo empreendimento, após a implantação da unidade, transferirá seu domínio à entidade do Poder Público responsável pela administração de unidades de conservação, realizando sua manutenção mediante convênio com o órgão competente.

Assim como houve uma ênfase na política de criação de parques naturais na cidade de Vitória (estes caracterizados por apresentarem uma vegetação nativa relevante) houve também uma ampla ênfase na criação de parques urbanos (mais próprio do projeto político municipal), que, junto a uma política de ampliação das áreas verdes em espaços urbanos (um dos aspectos representativos da qualidade de vida

urbana), também foi responsável por uma intensa valorização do espaço urbano em Vitória²⁷.

Vê-se, portanto, que com o aporte da própria legislação federal a gestão política local consegue construir uma imagem de cidade verde e sustentável, mesmo mantendo a ampliação das frentes de desenvolvimento econômico e industrial. No documento do SNUC (Lei 9985/2000) encontramos um Artigo que reforça essa relação entre impacto ambiental e compensação.

Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/Rima, o empreendedor é obrigado a apoiar a implementação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei (ROCCO, 2005, p. 300).

Desta forma, a gestão política em prol do *esverdeamento urbano*, aqui problematizado, é sustentada em grande parte pela própria poluição industrial e pelos empreendimentos altamente impactantes do ambiente na própria cidade. Tudo isso, tendo como base o mais correto cumprimento da legislação ambiental.

Sem dúvida, a qualidade de vida de uma cidade não pode excluir o cuidado com os seus aspectos ambientais (qualidade do ar, espaços verdes, arborização, etc.). No entanto, torna-se cada vez mais relevante entender e discutir os processos que conformam tal política, para compreendermos então as suas peculiaridades locais; no caso de Vitória: uma *cidade verde altamente poluída*.

Referências Bibliográficas:

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo, Contexto, 2007.

BANCK, Geert. **Dilemas e símbolos – estudos sobre a cultura política do Espírito Santo**. Cadernos de História no. 13, Vitória-ES, 1998.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente – as estratégias de mudanças da Agenda 21**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

²⁷ Esse processo de esverdeamento da cidade, encampado pelos modos como tem sido pensada e executada a política ambiental local, promoveu e tem promovido uma ampla valorização do espaço urbano. A especulação imobiliária tem ganhado amplo empuxo. Em menos de três décadas a cidade de Vitória já figurava entre os municípios com o m² mais caros do Brasil. Essa aproximação entre áreas verdes e espaços urbanos valorizados tem se difundido amplamente até então na cidade. Estudos mostram o quanto os condomínios verdes têm sido uma frente de expansão imobiliária na grande Vitória (LOBINO et all., 2008).

- DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, Hucitec, 1996.
- DOIMO, M. Ana. **Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- FERREIRA, Leila da Costa. Sustentabilidade e democracia no poder local. **Revista Ambiente & Sociedade**, ano I, número I, 2o semestre de 1997, pp. 63 - 79.
- FREY, Klaus. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Revista Ambiente & Sociedade**, no 9, 2o Semestre de 2001.
- JACOBI, Pedro. Poder Local, Políticas Sociais e Sustentabilidade. **Revista Saúde e Sociedade**, 8(1):31-48, 1999.
- HERCULANO, Selene C. **A Qualidade de Vida e seus Indicadores**. In: Qualidade de Vida e Riscos Ambientais, Selene Herculano (org.). Niterói: Eduff, 2000.
- KLIASS RG. **Áreas Verdes e Qualidade Ambiental nas Metrôpoles**. In. I simpósio sobre Urbanização e Qualidade Ambiental - Efeitos adversos no Clima. Cetesb: São Paulo, 1987.
- LITTLE, Paul (Org.). **Políticas ambientais no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, Brasília, DF: IIEB, 2003.
- LOBODA, C. R; ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: Conceitos usos e funções. **Ambiência Guarapuava**, PR v.1 n.1 p. 125-139 jan./jun. 2005.
- LOBINO, Camila; VITORINO, Igor; FILGUEIRAS, Marcio. O discurso da sustentabilidade e as práticas de re-ordenamento do espaço na Grande Vitória/ES. **Revista Geografares**, no. 6, 2008.
- NOVAES, Washington. Agenda 21. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). **Meio Ambiente no século 21**. Rio de Janeiro, Sextante, 2003.
- Prefeitura Municipal de Vitória. **Plano Municipal de Arborização e Áreas verdes**. Vitória (ES), 1992.
- Prefeitura Municipal de Vitória. **Agenda 21. Vitória do futuro**. Secretaria de Meio Ambiente de Vitória, ES, 1996.
- Prefeitura Municipal de Vitória. **Agenda 21. Um sonho em construção**. Secretaria de Meio Ambiente de Vitória, ES, 2002.
- Prefeitura Municipal de Vitória. **Plano Diretor Urbano de Vitória** (Lei 4167/94). Vitória (ES).
- Prefeitura Municipal de Vitória. **Realizando o futuro. Vitória 12 anos – 1993-2004**. Secretaria de Meio Ambiente de Vitória, Espírito Santo, 2004.
- RABELO, Desirée Cipriano. **Comunicação e Mobilização na Agenda 21 local**. Vitória, ES: EDUFES/FACITEC, 2003.
- ROCHA, Haroldo C. Formação Econômica do Espírito Santo e sua lógica empresarial. In: VASCONCELLOS E DAVEL (Orgs). **Inovações Organizacionais e Relações de Trabalho: Ensaio sobre o Espírito Santo**. Vitória: EDUFES, 1998.
- ROCHA, Haroldo C. e MORANDI, Angela. **Cafecultura e Grande Indústria: A transição no Espírito Santo – 1955-1995**. Vitória: FCAA, 1991.
- ROCCO, Rogério. **Legislação Brasileira do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005 (2ª. Edição ampliada).
- SAKAMOTO, E. H; HARDT, C; RESENDE, D. A. **Cidade Ecológica: Políticas de criação de áreas verdes urbanas**. In: Paisagens em Debate revista eletrônica da área Paisagem e Ambiente, FAU/USP - n. 04, dezembro 2006

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre estratégias discursivas do planejamento estratégico urbano. In. ARANTES, O.; VAINER, C.; MARCATO, E. (Org.) **A cidade do pensamento único – desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ZORZAL E SILVA, Marta. Trajetória político-institucional recente do Espírito Santo. In. **Espírito Santo: Instituição, Desenvolvimento e Inclusão Social**. Instituto Jones dos Santos Neves, Vitória, 2010.

ZORZAL E SILVA, M. Dilemas e perplexidades do modelo. In: VASCONCELLOS, J.G. (Org). **Memórias do Desenvolvimento**. Vitória: Multiplicidade, 2004.